



## **Ética: Uma Questão de Reflexão** **Uma Análise da Relação Entre a Prática Jornalística e as Questões Éticas<sup>1</sup>**

Gilvanéia Jesus de SOUZA<sup>2</sup>

Simone do Amor Divino dos SANTOS<sup>3</sup>

Sergio Augusto Soares MATTOS<sup>4</sup>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA

### **RESUMO**

A sociedade contemporânea se caracteriza pela supervalorização do individualismo, do capital, da busca pelo prazer, independente do que seja necessário fazer para alcançá-lo. É neste contexto que surgem as discussões sobre o que é ética, como ela está sendo aplicada pela mídia na prática jornalística e quais as conseqüências que atitudes não éticas podem desencadear. Para alcançarem seus objetivos, muitos jornalistas ultrapassam os limites do que é considerado ético pela sociedade e pelos próprios códigos de ética da profissão, adotando práticas que podem prejudicar outras pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** ética; jornalismo; reflexão; mídia.

### **1. O que é Ética?**

O debate acerca da Ética é algo muito recorrente na atualidade. Isso se dá, talvez, devido à demanda desencadeada pela lógica que rege a sociedade atual. A supervalorização do capital, o individualismo, a competitividade, a cultura do consumo, a efemeridade e muitas outras características da sociedade contemporânea, têm corroborado de forma crucial para o desenvolvimento de práticas antiéticas. As pessoas, em sua maioria, não mais se preocupam com as conseqüências que suas atitudes podem ocasionar.

É cada dia mais comum, principalmente para aqueles que se encontram nas academias, o confronto direto com questionamentos que os remetem às reflexões sobre

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo do CAHL - UFRB, email: [neiajsouza@yahoo.com.br](mailto:neiajsouza@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo do CAHL - UFRB, email: [symmasads@yahoo.com.br](mailto:symmasads@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do CAHL - UFRB, email: [sasmattos@gmail.com](mailto:sasmattos@gmail.com)



ética. Essas reflexões, muitas vezes, levam-nos a questionar: Qual é o verdadeiro papel do indivíduo na sociedade? O que é ética? Como ser ético? Como desenvolver um olhar crítico em relação à lógica e as conseqüências desencadeadas a partir das práticas na sociedade atual?

As primeiras reflexões sobre ética ganharam notoriedade com o filósofo grego Platão. Ele se utiliza delas e as torna tema de suas obras. Platão tem como base as ideias defendidas por Sócrates. Este desenvolve reflexões a respeito de questões éticas como a amizade, coragem, religião e virtude. São esses temas que, mais tarde, darão norte aos estudos filosóficos. Pensar a partir desses conceitos e como eram desenvolvidos os critérios para utilizá-los, tornaram-se objetivos principais do trabalho. (MARCONDES, 2007, p. 17)

Segundo Marcondes (2007), Sócrates não estava preocupado em definir, a partir dos seus conhecimentos e de suas experiências, o que é ética. Ele queria estimular o desenvolvimento de ações voltadas para a reflexão e para a crítica para que, com esse estímulo, as pessoas pudessem ter ações mais éticas.

Platão, citado por Marcondes (2007), afirma que “o indivíduo que age de modo ético é aquele que é capaz de autocontrole, de governar a si mesmo”. Porém, para ele, para que se aja de forma certa, de forma ética, é necessário que se tenha o conhecimento do que é o bem e o mal. Esses conceitos começam ser trabalhados no indivíduo desde o início de sua vida. E, a partir do que o indivíduo tem internalizado a respeito do que é bem e mal, ele vai desenvolver suas ações. A ética encontra-se alicerçada, dessa forma, no que ele intitula “metafísica do bem” que, por sua vez, defende que se o indivíduo sabe o que é o bem, ele deve ter práticas justas. Quando se conhece o bem, conhece-se também a verdade, a justiça e a beleza.

Marcondes (2007) afirma que A República, um dos diálogos de Platão, tem como uma questão fundamental a discussão da conduta ética. A tal conduta, desenvolvida pelos indivíduos, depende apenas do medo da punição? Esse é o questionamento que ele faz. Se não estivessem sob a pressão de regras que “controlam” as ações humanas, as pessoas continuariam com as mesmas atitudes?

Para ele, se o indivíduo tem a oportunidade de conhecer o bem e sabe o que é a justiça, não pode se afastar desses conceitos. As ações dos indivíduos têm que ser desenvolvidas a partir desses princípios e eles têm que se refletir na prática, por meio dos atos cotidianos. Assim, ele conclui que, para se ter uma conduta pautada pela ética, é preciso



o autocontrole. É necessário que haja uma predominância da razão para que o indivíduo faça as suas escolhas e possa enxergar com clareza o que é melhor para ele.

O termo ética, tal qual usamos hoje, surgiu com Aristóteles e foi definido como “o estudo sistemático sobre as normas e os princípios que regem a ação humana e com base nos quais essa ação é avaliada em relação a seus fins” (MARCONDES, 2007, p. 40).

Com a evolução da sociedade e com a nova dinâmica social, os debates sobre ética foram atualizados. Eugênio Bucci, no seu livro *Sobre Ética e Imprensa*, discorre sobre a ética e a sociedade contemporânea. Em meio ao seu relato, ele afirma que “não há ética possível onde viceja o conflito de interesses”. Esta afirmação pode ser observada, principalmente, nas relações estabelecidas pelos grandes meios de comunicação. Na atualidade, as relações sociais são desenvolvidas tendo, principalmente, como base o interesse. Talvez, seja por isso que se discuta tanto sobre as questões relacionadas à ética em pleno século XXI.

A ética é uma exclusividade humana, como afirma Rogério Christofolletti (2008), e como tal, deve mesmo ser pauta diária de discussões. É preciso que haja uma apropriação por parte dos indivíduos a respeito da importância de se travar o debate acerca do tema, pois é a partir de concordância e contestações que a reflexão é desenvolvida e o conhecimento edificado.

## **2. Ética jornalística**

O jornalista Cláudio Abramo fez uma afirmação sobre ética jornalística que ficou conhecida e já foi muito utilizada por profissionais, muitas vezes para escapar do seu compromisso social e da cobrança sobre o assunto: “Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão”. Francisco José Karam, em seu livro *Jornalismo, ética e liberdade* (1997), diz que essa afirmação apesar de estar correta, do ponto de vista de que o jornalista é também um cidadão como todos os outros, é insuficiente, pois as responsabilidades do profissional da informação não podem ser comparadas às dos profissionais de outras áreas, pois cada uma tem suas especificidades e suas exigências.

Karam (1997) chama a atenção para o fato de que é indispensável constituir o campo da ética jornalística. Ele diz ainda que este campo só pode ser constituído em bases reais se for levado em conta que, no jornalismo, o que se desdobra é a própria complexidade



humana que, além dos atos, fatos, versões e opiniões, carrega consigo os valores embutidos na carga moral, resultado das experiências de vida de cada um.

As primeiras preocupações e discussões dos jornalistas sobre ética datam do final do século XIX, e atualmente ainda existem novos debates, sugestões e problemas, o que prova que não é um tema fácil de ser tratado e resolvido. Por isso, apesar da existência de inúmeros códigos, muitos profissionais continuam a ultrapassar os limites do que é considerado ético pela sociedade.

Muitas pessoas concordam com a máxima maquiaveliana segundo a qual “*os fins justificam os meios*”, inclusive jornalistas. É aí que surge uma questão fundamental: até que ponto vale à pena transpor os valores e fazer coisas consideradas erradas pela moralidade vigente para conseguir uma boa informação? Tendo em vista que a atividade jornalística tem o poder de reconstruir a realidade, a manipulação indevida das informações disponíveis pode gerar conseqüências catastróficas para a sociedade ou para a vida de uma pessoa em particular. Por isso, é preciso que os profissionais da área ajam com responsabilidade, tendo consciência da dimensão do jornalismo, que tem poder destrutivo se feito sem respeito aos limites.

A falta de ética aparece em várias atitudes e comportamentos dos jornalistas e, muitas vezes, ela passa despercebida. Alguns exemplos comuns são:

a) Falta de apuração de dados – em muitos casos, os jornalistas não apuram devidamente as informações que recebem, não investigam melhor os fatos antes de publicá-los e acabam cometendo enganos. Os dados recebidos podem ser parcial ou totalmente incorretos. Isso ocorre porque o profissional utiliza informações que ainda não foram confirmadas, ou a própria fonte pode agir de má fé e inventar/ocultar fatos para atender a interesses próprios ou de outros. E os jornalistas, por causa da pressa em divulgar logo a notícia para sair na frente em relação aos concorrentes, ou até mesmo por falta de vontade de se aprofundar na pesquisa sobre o assunto, acabam publicando uma matéria que não condiz totalmente com a realidade. Essa atitude irresponsável pode trazer sérias conseqüências, como destruir a reputação de uma pessoa ou de uma instituição, se as informações contidas na notícia forem muito acusadoras.

b) Invasão de privacidade – para conseguir o chamado furo, sob o pretexto de interesse público, o repórter às vezes recorre a atitudes condenáveis, como a invasão de privacidade. Isso ocorre principalmente com pessoas em cargos públicos, destaques no campo artístico, intelectual ou esportivo. Os fotógrafos, querendo revelar algo sobre a intimidade do famoso, clicam momentos particulares da sua vida e publicam sem



autorização. Isso ocorre também quando o jornalista se utiliza de aspectos da vida particular de uma personalidade, como envolvimento em escândalos ou sua opção sexual, para realizar críticas pessoais, esquecendo das ações desta personalidade enquanto pessoa pública e misturando o lado profissional e o pessoal. O jornalista precisa dimensionar os limites da privacidade e do interesse público.

c) Obtenção de informações de maneira indevida – uma prática muito comum entre os jornalistas, mas antiética, é esconder câmeras ou gravadores para gravar conversas. Geralmente acontece quando o repórter sabe que a fonte não daria uma entrevista se fosse consultada, como em um assunto muito polêmico ou em uma denúncia. Acontecem também casos em que o jornalista se passa por outra pessoa, um comprador por exemplo, para desvendar um esquema ilegal. Em princípio, pode parecer uma boa atitude, mas não é ético porque a fonte sempre deve concordar em gravar entrevista. Consta no Código de Ética dos jornalistas brasileiros que esta é uma postura que não deve ser adotada, “salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração” (Cap. III, Art. 11)

d) Negação do direito de resposta – um bom jornalista sempre deve ouvir os dois lados envolvidos. Quando uma pessoa ou instituição é citada, numa denúncia por exemplo, ela deve ser procurada para contar também a sua versão dos fatos. Quando isso não acontece, a matéria não deve ser publicada, pois isso seria uma forma de valorizar apenas um lado da história e afirmá-lo como verdadeiro. Se a notícia for publicada mesmo assim, o veículo deve reservar um espaço na próxima edição (o mesmo espaço que deu ao assunto na matéria anterior) para que o citado possa responder às acusações ou contar sua versão. Além disso, também deve ser dado o direito de resposta aos envolvidos em caso de publicação de alguma informação equivocada. Mas vale ressaltar que mesmo estas retratações sendo divulgadas, não surtem o efeito desejado.

e) Omissão no caso de erros – é comum os veículos cometerem erros, desde os mais simples, como errar o nome de uma fonte, até os mais graves, como divulgar uma informação não procedente. Equívocos como estes devem ser devidamente retratados, publicando-se uma nota de errata na edição seguinte, num local de destaque da publicação para que seja visto facilmente pelo público. Mas isso nem sempre acontece, pois muitos omitem os erros, ou, quando os assumem, publicam uma nota em local sem destaque, que não será vista pela maioria das pessoas.

f) Manipulação da informação – este desvio ético também é muito comum entre os jornalistas, suas causas são as mais diversas. Podem ocorrer por interesses financeiros,



políticos, profissionais ou até mesmo pessoais. O repórter modifica os dados que achar necessário, podendo acrescentar ou ocultar fatos e, com isso, pode distorcer totalmente o conteúdo da matéria, trazendo graves conseqüências. Muitas vezes, ele é pressionado a fazer isso pela linha editorial do meio para o qual trabalha e, por medo de ser demitido ou por almejar uma promoção, acaba cedendo.

g) Ausência de pluralidade de fontes – uma matéria deve ouvir mais de uma fonte para refletir a diversidade de opiniões existentes sobre cada assunto.

h) Reforço de preconceitos e estereótipos – a imprensa muitas vezes acaba reforçando os estereótipos existentes no imaginário popular, se afastando do seu verdadeiro papel, que é, sobretudo informar, e contribuindo para a manutenção de pensamentos preconceituosos.

O profissional que adota qualquer uma destas posturas está sendo antiético, pois, sua atitude está ferindo os princípios éticos da sociedade e dos próprios códigos de ética vigentes. Sabe-se que é impossível escrever um texto e não imprimir nele os valores morais, que estão presentes em qualquer atitude ou decisão de uma pessoa, é um processo inconsciente. Mas, muitos jornalistas não dão a atenção devida ao seu trabalho, permitindo que erros como estes estejam presentes nele, e outros os cometem propositalmente, devido a algum interesse particular.

Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, todas estas atitudes são condenáveis e devem ser denunciadas à comissão de ética. “As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética” (Cap. V, Art. 15). O Código também prevê punições para aqueles que não cumprirem as determinações: “Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.” (Cap. V, Art. 17).

Além das penalidades previstas no Código de Ética, existe uma Lei de Imprensa, criada na época da ditadura militar, que determina punições para os jornalistas acusados de cometer crimes de injúria, calúnia e difamação, mais severas até do que as do Código Penal. Porém, esta Lei foi revogada em 30 de abril de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois os ministros entenderam que ela era incompatível com a democracia e com a atual Constituição Federal. Além disso, eles acreditavam que esta lei limitava a



liberdade de imprensa. Depois deste julgamento, as ações criminais contra jornalistas terão que ser decididas baseadas na Constituição Federal e nos Códigos Penal e Civil.

### 3. Teoria do jornalismo

#### 3.1. Perspectiva do Agendamento ou Agenda Setting

Segundo França et. al. (2001), essa hipótese, formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, preocupa-se com a relação entre a mídia e o receptor e as interinfluências desse processo. Através de estudos de recepção, o agendamento busca analisar se os temas agendados pela mídia também são incluídos nas preocupações da população.

Os principais pressupostos da hipótese de agendamento, segundo França et. al. (2001) são:

- a) O fluxo contínuo de informações a que o público está exposto acaba gerando o que McCombs chama de efeito de enciclopédia, que pode ser provocado pela mídia. Nesses casos, o público guarda na memória, consciente ou inconscientemente, informações e conceitos transmitidos pela mídia que podem ser resgatados a qualquer momento.
- b) Conseqüentemente, os *mass media* influenciam o receptor a médio e longo prazos, não a curto prazo, como diziam as antigas teorias. Só é possível precisar os efeitos provocados pela mídia analisando períodos mais longos.
- c) Os meios de comunicação de massa não possuem capacidade de impor *o quê* pensar em relação aos temas expostos, mas influenciam *sobre o quê* pensar e falar. Ou seja, a agenda da mídia acaba se tornando também a agenda da população.

A hipótese central, formulada na primeira pesquisa, dizia que somente a mídia agendava o receptor. Depois de feitas outras pesquisas, foram descobertas outras formas de agendamento. Através dos chamados controles de audiência, pesquisa em que os meios identificam o que o público quer ver, o receptor pode agendar a mídia. Além disso, um tipo de mídia pode agendar outro. Geralmente, é a mídia impressa que agenda a eletrônica. Mas, apesar de aparecerem outros tipos de agendamento, o poder não é equilibrado. A maior influência ainda se dá no sentido mídia-receptor.

Seguindo a proposta dos autores, as principais variáveis que verificam quando a mídia pode agendar mais e quando pode agendar menos são:

- a) Grau de exposição – Para haver agendamento, é necessário que haja alto grau de exposição. Caso contrário, a possibilidade de agendamento é pequena ou nula.



b) Tipo de mídia – Se um tema for destacado em vários tipos de mídia, ele tem maior capacidade de agendar.

c) Relevância – Os temas mais relevantes para a sociedade têm maior possibilidade de agendamento.

d) Incerteza – Quanto maior o grau de incerteza que o público tiver em relação ao tema, maior a capacidade de agendamento, pois ele é levado a pesquisar mais sobre o assunto.

e) Níveis de comunicação interpessoal – Quanto menor o grau de comunicação interpessoal de um indivíduo, maior será a sua predisposição a ser agendado pela mídia.

f) Efeito longo prazo (enciclopédia) – A mídia tem a capacidade de criar uma enciclopédia na mente das pessoas. Ou seja, ela cria conhecimentos sobre determinados temas, faz com que as pessoas compreendam o mundo através dela.

#### **4. Análise**

A fotografia começou a ser usada em jornais em 1904, com a publicação de uma foto no jornal inglês Daily Mirror. Desde então, houve uma mudança significativa na maneira que o público se relaciona com a informação: passaram a valorizar mais o que é visto. (OLIVEIRA, 2010). Com a nova dinâmica da sociedade, em que o tempo é algo cada vez mais escasso, os jornais passaram a dar mais espaço para as fotografias e diminuíram o volume dos textos. É o caso do jornal *Correio\** (veículo que está sendo analisado), que passou por uma reformulação gráfica em agosto de 2008 com o intuito de se adaptar às novas necessidades dos leitores. A partir desta mudança, o jornal passou a utilizar mais fotografias e menos textos, ficando mais “leve” e dinâmico.

As discussões atuais em torno da ética no fotojornalismo têm seu foco, geralmente, na manipulação de imagens, pouco é falado sobre o uso indevido de fotografias invasivas.

A matéria escolhida para esta análise foi “*Menino com agulhas no corpo passará pela segunda cirurgia amanhã*”, publicada pelas versões impressa e on-line do jornal *Correio\** no dia 22 de dezembro de 2009. Esta matéria fala sobre o caso do menino Márcio, de dois anos e sete meses, que foi submetido a um ritual de magia negra e teve mais de quarenta agulhas colocadas em seu corpo, na cidade de Ibotirama, interior da Bahia. O fato teve uma grande repercussão nacional, e, na Bahia, o que causou uma discussão foi a divulgação de uma foto com o rosto do garoto, que estampava a página principal do veículo naquele dia. A foto, tirada por Almiro Lopes, mostrava o menino numa cama de hospital respirando através de aparelhos. A publicação da imagem do



garoto sem nenhuma tarja para proteger a sua identidade desencadeou uma grande discussão acerca da ética profissional.

Qual é o verdadeiro papel dos meios de comunicação? Qual o limite que estes meios devem respeitar ao divulgar uma informação? O jornalista/fotógrafo tem o direito de entrar na intimidade de uma criança e expor um momento tão dramático de sua vida sem nenhum cuidado para não causar constrangimentos? E a população, não deveria ser poupada de ver cenas tão chocantes? A justiça deveria interferir punindo tais atitudes? Questionamentos como este são feitos por aqueles que defendem que o jornalismo deve ser feito de maneira responsável, respeitando os limites éticos defendidos pela moralidade vigente.

A maior função dos meios de comunicação é transmitir as informações da maneira mais fiel possível à realidade, procurando evitar preconceitos e visões conservadoras, assim como a manipulação dos fatos. Muitas vezes, sob o pretexto do interesse público, o jornalista acaba interferindo na vida privada das pessoas, expondo seus momentos de intimidade e/ou fragilidade, desrespeitando os limites éticos e morais. O Código de Ética estabelece como dever do jornalista, no Cap. II, Art. 6, “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão.” e diz, no Cap. II, Art. 7, que ele não pode “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais.” Neste caso, as determinações não foram respeitadas, pois a privacidade da criança foi invadida e foi divulgada a sua imagem sob risco de vida, caracterizando uma falta de respeito à dor e ao sofrimento da criança e da família. Já que o jornalismo tem o poder de reconstruir a realidade, a exposição do garoto faz com que a sua imagem fique guardada no imaginário popular e como sendo apenas o “menino das agulhas”, e isso pode trazer conseqüências negativas no decorrer da sua vida. A liberdade de informação não justifica atitudes como estas, que comprometem a integridade das pessoas.

Neste caso, em que os jornalistas se apóiam no pretexto de informar, a veiculação de fotografias como esta é desnecessária, pois, a não divulgação da foto não comprometeria o conteúdo da matéria e nem a compreensão do público. O objetivo maior da utilização de fotografias em jornalismo é acrescentar informações à matéria ou facilitar a compreensão do texto, e o objeto em análise não se encaixa em nenhuma destas características. E, para confirmar esta afirmação, observou-se que mesmo depois desta foto publicada pelo *Correio\**, outros veículos não divulgaram a imagem do



menino, ou quando o fizeram, tiveram o cuidado de proteger a sua privacidade. Sendo assim, o que levou o *Correio*\* a publicar esta imagem não pode ter sido o puro desejo de informar. Aproveitando-se da curiosidade do público, já que nenhum veículo tinha divulgado ainda a imagem do garoto sem nenhum tipo de proteção à sua identidade, o jornal adotou uma postura antiética de invasão de privacidade para sair em vantagem em relação à concorrência. Apesar de o público desejar ver o rosto das pessoas que aparecem nos noticiários, atitudes como estas são injustificáveis, pois, como já foi dito, são condenadas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e colocam em questão qual é a verdadeira função do fotojornalista.

A saturação, repetição sucessiva da mesma informação, é uma maneira de desinformar e acaba gerando o agendamento do público, como demonstra a Teoria da Agenda-setting. Ainda com base nesta teoria, a notícia atingiu quase todas as variáveis que indicam a capacidade de agendamento da mídia: o tema teve alto grau de exposição, sendo veiculadas matérias repetidamente sobre o caso; todos os tipos de mídia (impresso, rádio, TV, internet, blogs, etc.) divulgaram alguma informação sobre o assunto; o ato de crueldade contra uma criança é considerado um tema muito relevante para a sociedade; o grau de incerteza foi alto, pois a todo momento surgiam novas informações e versões sobre o caso, o que causava nas pessoas uma vontade de saber o que realmente tinha acontecido.

No período em que ocorreu o fato, todos os tipos de mídia divulgavam incessantemente informações sobre o caso, colocando em exposição as pessoas envolvidas, visitando o ambiente onde ocorreu e abusando da espetacularização. Dessa forma, de acordo com as variáveis da Perspectiva do Agendamento, a mídia agendou o público, sobre o quê pensar e sobre o quê conversar, já que o assunto foi recorrente durante aqueles dias.

Geralmente, essas práticas são utilizadas como artifícios para sensibilizar o público e conseguir maior audiência.

## **5. Conclusão**

A partir dos estudos realizados sobre o tema, é notório que não ocorreu uma cobertura embasada nos princípios éticos. O veículo *Correio*\* se aproveitou do sofrimento alheio para criar um clima artificial de sensibilização, pautado no abuso do sensacionalismo, e, assim, aumentar seu público. É válido ressaltar que o *Correio*\* reforçou o excesso, também cometido por outros meios, colaborando para a espetacularização de um tema sério que deveria ser respeitado. Com isso, ele acabou cumprindo o papel inverso ao



seu, ou seja, a espetacularização e a saturação são maneiras de desinformar o público, pois não colaboram para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o assunto.

Apesar de esta atitude ser classificada como antiética, a maioria da população não percebe assim, pois não tem desenvolvida uma consciência das conseqüências que uma exposição exagerada pode causar. Exemplo disso é que a própria família da criança muitas vezes colaborou com a exposição exacerbada, achando que isso os estava beneficiando à medida que deu visibilidade ao caso.

A falta de ética pode ser observada não apenas na cobertura deste caso, mas é uma prática cada vez mais comum no jornalismo atual. É preciso pensar a respeito do poder centralizado das grandes mídias e refletir sobre a influência que os meios de comunicação exercem sobre o público. Só através desta prática, que deve ser cotidiana, as pessoas perceberão a dimensão ética do jornalismo e a necessidade de se manter esta postura no exercício da profissão.



---

## 6. REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Ed. Summus, 2003, 4ª Edição.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

CORREIO. **Menino com agulhas no corpo passará pela 2ª cirurgia amanhã**. Disponível em: <<http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=45149&mdl=29>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2010.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, p. 187 – 240.

KARAM, Francisco José Castilho. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Ed. Summus, 1997 (Coleção Novas buscas em comunicação).

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética - de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.

OLIVEIRA, Erivam Moraes de. **O Resgate da Ética no Fotojornalismo: a Banalização da Imagem nos Meios de Comunicação**. Disponível em: <[http://www.com.ufv.br/pdfs/professores/artigoerivam\\_13enpj.pdf](http://www.com.ufv.br/pdfs/professores/artigoerivam_13enpj.pdf)>. Acesso em 12 de maio de 2010.



## 7. ANEXO

Pesquisar no Google

# Correio\*

O QUE A BAHIA QUER SABER

16h39min

SEGUNDA-FEIRA  
Salvador - Bahia  
18 de Janeiro de 2010

INÍCIO | 24 HORAS | VC NO CORREIO | MULTIMÍDIA | BLOGS | EQUIPE | ASSINATURAS | CONTATO

SALVADOR | 22.12.2009 - 18H10

### Menino com agulhas no corpo passará pela 2ª cirurgia amanhã

Redação CORREIO | Foto: Almiro Lopes

O garoto Márcio, de 2 anos e 7 meses, será submetido a sua segunda cirurgia nesta quarta-feira (23), às 13h. Dessa vez, conforme divulgado pelo Hospital Ana Néri, serão retiradas as agulhas localizadas no intestino e na bexiga. Márcio está internado no hospital desde o dia 17 de dezembro. Ele veio de Barreiras, no oeste do estado, onde os médicos detectaram que ele estava com dezenas de agulhas espalhadas pelo corpo.



18.01.2010 - 16H33  
Fifa descarta punir Henry por toque de mão contra Irlanda

18.01.2010 - 16H28  
Dólar perde força e cai depois de cinco altas seguidas

18.01.2010 - 16H18  
Grafites fazem homenagem a Michael Jackson em estações de SP

18.01.2010 - 16H10  
Homem que atirou contra João Paulo II sai da prisão na Turquia

18.01.2010 - 16H07  
Fujimori será operado para descartar volta de câncer na boca

18.01.2010 - 15H55  
Suzane Richthofen quer cumprir pena em regime semiaberto

[+] MAIS NOTÍCIAS

Página principal do Correio\* on-line no dia 22 de dezembro de 2009.